ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL E DESAFIOS PARA A INTEGRALIDADE, EQUIDADE E QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA NO SUS

PRIMARY HEALTH CARE IN BRAZIL: ORGANIZATION OF SERVICES, MULTIPROFESSIONAL PRACTICE, AND CHALLENGES FOR COMPREHENSIVENESS, EQUITY, AND QUALITY OF CARE WITHIN THE SUS (BRAZIL'S UNIFIED HEALTH SYSTEM)

ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD EN BRASIL: ORGANIZACIÓN DE LOS SERVICIOS, ACTUACIÓN MULTIPROFESIONAL Y DESAFÍOS PARA LA INTEGRALIDAD, LA EQUIDAD Y LA CALIDAD DE LA ATENCIÓN EN EL SUS

10.56238/IIMedCientifica-151

Theônia Raquel dos Santos
Mestre em Saúde da Família
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: theoniasantos@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4527-2205

Helena Reis Corrêa
Bacharel em Odontologia
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: helenarc94@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4512-0167

Jefferson Staines Andrade de Souza
Nutricionista
Instituição: Centro Universitário CBM-UNICBE
E-mail: jefferson-staines@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-7383-7289

Angelica Calassara Mendes
Fisioterapeuta
Instituição: Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense (SEFLU)
E-mail: angelicalassara@gmail.com

Valleska Maturano de Souza
Graduada em Enfermagem
Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: leskamaturca@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-0056-0255

Yuri dos Passos Santos
Bacharel em Fisioterapia
Instituição: Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte
E-mail: yuri_passos_10@hotmail.com

Anelyse de Moura dos Santos
Graduanda em Medicina
Instituição: Centro Universitário Integrado
E-mail: anelyse_20@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-9295-6099

Giovanna Jansen Macedo
Graduanda em Enfermagem
Instituição: Centro Universitário Estácio São Luís
E-mail: giovannajansen199@gmail.com

Júlia Bedim
Graduanda
Instituição: Universidade Iguaçu (UNIG)
E-mail: juliabedim@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-1640-6768

Clara Peçanha Herédia de Sá
Graduanda
Instituição: Universidade Vila Velha (UVV)
E-mail: clarapheredia@gmail.com

Kennyson Damm Sepúlvida
Instituição: Universidade Vila Velha (UVV)
E-mail: kennysondamm@icloud.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-7419-0115

RESUMO
A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui um componente estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja efetividade está relacionada à organização dos serviços, à integração multiprofissional e à garantia da integralidade, equidade e qualidade assistencial. Objetivou-se analisar a organização dos serviços e a atuação multiprofissional na Atenção Primária à Saúde no Brasil, considerando suas contribuições para o fortalecimento da assistência pública. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica de artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, mediante consultas à plataforma SciELO e a mecanismos de busca acadêmica. Os resultados evidenciaram que a articulação interprofissional, o planejamento territorial e a avaliação sistemática dos serviços favorecem a resolutividade assistencial e a continuidade do cuidado. Entretanto, identificaram-se limitações relacionadas ao financiamento, às desigualdades territoriais, à fragmentação dos processos de trabalho e às dificuldades de comunicação entre profissionais.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Sistema Único de Saúde. Equipe Multiprofissional. Integralidade em Saúde. Qualidade da Assistência à Saúde.

ABSTRACT
Primary Health Care (PHC) is a foundational component of the Unified Health System (SUS) in Brazil. Its effectiveness is linked to the organization of services, multidisciplinary integration, and the assurance of comprehensive care, equity, and quality of service. This study aimed to analyze the organization of services and multidisciplinary practice within Primary Health Care in Brazil, considering their contributions to strengthening public healthcare. A qualitative, exploratory, and descriptive study was conducted, based on a literature review of scientific articles published between 2021 and 2025, using the SciELO platform and various academic search engines. The results indicate that interprofessional collaboration, territorial planning, and the systematic evaluation of services enhance the ability to resolve health issues and ensure the continuity of care. However, limitations were identified regarding funding, territorial inequalities, the fragmentation of work processes, and communication challenges among professionals.

Keywords: Primary Health Care. Unified Health System. Multidisciplinary Team. Comprehensiveness in Health. Quality of Health Care.

RESUMEN
La Atención Primaria de Salud (APS) constituye un componente estructural del Sistema Único de Salud (SUS), cuya efectividad está relacionada con la organización de los servicios, la integración multiprofesional y la garantía de la integralidad, la equidad y la calidad asistencial. El objetivo fue analizar la organización de los servicios y el desempeño multiprofesional en la Atención Primaria de Salud en Brasil, considerando sus contribuciones al fortalecimiento de la atención pública. Se llevó a cabo una investigación cualitativa, de carácter exploratorio y descriptivo, basada en una revisión bibliográfica de artículos científicos publicados entre 2021 y 2025, mediante consultas a la plataforma SciELO y a motores de búsqueda académica. Los resultados evidenciaron que la articulación interprofesional, la planificación territorial y la evaluación sistemática de los servicios favorecen la capacidad resolutiva asistencial y la continuidad de la atención. No obstante, se identificaron limitaciones relacionadas con la financiación, las desigualdades territoriales, la fragmentación de los procesos de trabajo y las dificultades de comunicación entre los profesionales.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud. Sistema Único de Salud. Equipo Multiprofesional. Integralidad en Salud. Calidad de la Atención Sanitaria.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui um componente estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando papel fundamental na organização dos serviços assistenciais, na promoção da saúde e na garantia do acesso da população às ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento contínuo. No contexto brasileiro, sua consolidação encontra-se diretamente relacionada à Estratégia Saúde da Família (ESF), responsável pela reorganização das práticas de cuidado a partir da territorialização, da vinculação das equipes às comunidades e do reconhecimento das necessidades individuais e coletivas. Entretanto, a efetividade desse modelo depende de condições institucionais, financeiras e profissionais capazes de assegurar a integralidade, a equidade e a qualidade da assistência. Mendonça et al. (2023) destacam que as transformações na política federal de atenção primária apresentam repercussões sobre a configuração das equipes e a sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família, evidenciando a importância das decisões administrativas para a organização do sistema público de saúde.

A organização dos serviços de Atenção Primária pressupõe a articulação entre diferentes categorias profissionais, níveis assistenciais e mecanismos de gestão, considerando a complexidade das demandas sanitárias apresentadas pela população. Nesse sentido, a atuação multiprofissional representa uma dimensão indispensável à ampliação da capacidade de resposta das equipes, especialmente diante da necessidade de desenvolver intervenções que contemplem aspectos clínicos, sociais, psicológicos e territoriais. Bispo Júnior e Almeida (2023) discutem as potencialidades das equipes multiprofissionais (eMulti) para o fortalecimento da APS, destacando possibilidades de ampliação da resolutividade e do cuidado compartilhado. A integração entre diferentes áreas do conhecimento, entretanto, exige condições adequadas de trabalho, definição de responsabilidades e mecanismos permanentes de comunicação entre os profissionais.

Apesar dos avanços associados à expansão da Estratégia Saúde da Família, persistem desafios relacionados à distribuição desigual dos serviços, à insuficiência de recursos, à fragmentação das práticas assistenciais e às dificuldades de integração entre os diferentes níveis de atenção. A organização das equipes também apresenta limitações decorrentes de estruturas hierárquicas rígidas, fragilidades na comunicação profissional e obstáculos à construção de projetos terapêuticos compartilhados. João et al. (2025), ao investigarem os desafios do trabalho em equipe na Atenção Primária, identificaram dificuldades relacionadas à colaboração entre profissionais e à organização dos processos assistenciais (Lima; Marta, 2025; Lima; Silva; Domingues Júnior; 2024; Lima; Domingues

Junior; Menezes, 2026; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024). Diante dessa problemática, estabelece-se a seguinte questão de pesquisa: de que maneira a organização dos serviços e a atuação multiprofissional na Atenção Primária à Saúde contribuem para a efetivação da integralidade, da equidade e da qualidade da assistência no SUS, considerando os desafios estruturais, institucionais e profissionais existentes no contexto brasileiro?

A relevância da investigação fundamenta-se na necessidade de compreender a Atenção Primária como componente estratégico da efetivação do direito à saúde, considerando sua capacidade de promover assistência territorializada, continuidade do cuidado e redução das desigualdades no acesso aos serviços públicos. A discussão também se justifica pela importância de examinar as condições que favorecem ou dificultam a atuação integrada das equipes, especialmente diante das transformações recentes nos modelos de financiamento, avaliação e organização assistencial. Vilasbôas et al. (2024) ressaltam a importância da institucionalização dos processos de avaliação e monitoramento da APS, demonstrando a necessidade de produzir informações capazes de subsidiar decisões e orientar o aprimoramento das políticas públicas. Dessa maneira, a investigação contribui para a reflexão sobre estratégias de fortalecimento institucional e qualificação da assistência no âmbito do SUS.

2 OBJETIVO

Analisar a organização dos serviços e a atuação multiprofissional na Atenção Primária à Saúde no Brasil, considerando suas contribuições para a integralidade, a equidade e a qualidade da assistência no Sistema Único de Saúde. Especificamente, busca-se compreender os fundamentos organizacionais da APS e sua articulação com a Estratégia Saúde da Família; identificar as potencialidades e limitações do trabalho multiprofissional e interprofissional; examinar os desafios relacionados ao financiamento, à gestão, à territorialização e à continuidade do cuidado; e discutir estratégias institucionais capazes de fortalecer a resolutividade dos serviços, reduzir desigualdades assistenciais e aprimorar a qualidade da atenção oferecida à população.

3 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica da literatura científica. O corpus documental é constituído por artigos científicos publicados em língua portuguesa entre 2021 e 2025, relacionados à organização da Atenção Primária

à Saúde, à Estratégia Saúde da Família, à atuação multiprofissional, ao financiamento público, à avaliação do desempenho e aos desafios para a integralidade e a equidade assistencial.

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido mediante identificação de publicações científicas disponíveis em periódicos indexados, com consulta à plataforma SciELO e apoio de mecanismos de busca acadêmica. Foram considerados os descritores “Atenção Primária à Saúde”, “Estratégia Saúde da Família”, “equipe multiprofissional”, “trabalho interprofissional”, “integralidade da assistência”, “equidade em saúde”, “qualidade dos serviços de saúde” e “financiamento da atenção primária”, combinados conforme a pertinência temática.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A organização da Atenção Primária à Saúde constitui elemento determinante para a consolidação de um sistema público orientado pela universalidade, pela integralidade e pela equidade. A estruturação dos serviços a partir de territórios definidos, equipes vinculadas às comunidades e mecanismos de acompanhamento longitudinal favorece o reconhecimento das necessidades sanitárias e a organização de intervenções compatíveis com as características da população. Entretanto, a efetividade dessas estratégias depende da estabilidade institucional e da continuidade das políticas públicas. Mendonça et al. (2023), mediante análise de 25 portarias federais e de dados nacionais referentes ao período de 2017 a 2021, identificaram alterações na configuração, no financiamento e no credenciamento das equipes, acompanhadas da redução de agentes comunitários de saúde e do enfraquecimento das estruturas de apoio multiprofissional. Esses resultados demonstram que mudanças normativas podem repercutir diretamente sobre a sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família.

No âmbito do financiamento público, observa-se que a distribuição dos recursos influencia a capacidade dos municípios de organizar equipes, manter estruturas assistenciais e desenvolver ações de promoção, prevenção e acompanhamento contínuo. De Seta, Ocké-Reis e Ramos (2021) problematizam as transformações introduzidas pelo Programa Previne Brasil, destacando tensões relacionadas aos critérios de financiamento e aos princípios orientadores da Atenção Primária. Em perspectiva complementar, Costa, Silva e Jatobá (2022) analisaram os resultados dos indicadores de desempenho utilizados no programa entre 2020 e 2022, evidenciando desafios associados à implementação do modelo de avaliação. A articulação dessas contribuições permite compreender que o financiamento da APS não deve ser examinado exclusivamente pela quantidade de recursos

transferidos, mas também pelos critérios de distribuição e por seus efeitos sobre a organização territorial e a capacidade de atendimento das equipes.

A atuação multiprofissional representa uma dimensão essencial da integralidade, especialmente diante da complexidade das necessidades apresentadas pelos usuários. A articulação entre profissionais de diferentes áreas favorece a construção de intervenções que considerem simultaneamente aspectos clínicos, psicológicos, sociais e familiares, ampliando as possibilidades de cuidado compartilhado. Bispo Júnior e Almeida (2023) discutem a implementação das equipes multiprofissionais (eMulti), destacando seu potencial para fortalecer o apoio matricial, ampliar o escopo das práticas e contribuir para a resolutividade dos serviços. Entretanto, os autores ressaltam que a efetividade dessas equipes depende de condições adequadas de funcionamento, integração com as equipes de referência e consolidação da interprofissionalidade como princípio organizador das práticas assistenciais.

A qualidade do trabalho em equipe encontra-se diretamente relacionada à comunicação profissional, à definição compartilhada de responsabilidades e à capacidade de desenvolver intervenções articuladas. João et al. (2025), em pesquisa qualitativa envolvendo 69 profissionais da Estratégia Saúde da Família em Criciúma, Santa Catarina, identificaram dificuldades relacionadas à fragmentação das atividades, à baixa interação e à persistência de estruturas hierárquicas rígidas. Esses resultados demonstram que a presença de diferentes categorias profissionais em uma mesma unidade não assegura, isoladamente, a construção de práticas interprofissionais. A integralidade exige processos colaborativos que favoreçam a discussão de casos, o planejamento conjunto e o reconhecimento das contribuições específicas de cada profissão, evitando que a assistência permaneça organizada por intervenções isoladas.

A trajetória da Estratégia Saúde da Família também evidencia que a construção de práticas colaborativas constitui um processo institucional marcado por avanços e limitações. Oliveira et al. (2025), ao examinarem as conquistas e os desafios do trabalho em equipe ao longo de três décadas da ESF, identificaram diferenças na organização da atuação interprofissional entre territórios, bem como dificuldades relacionadas à composição das equipes e à definição de novos campos de atuação. A análise demonstra que a consolidação da multiprofissionalidade depende da superação de modelos fragmentados de assistência, mediante processos de formação, valorização profissional e organização do trabalho orientados pela corresponsabilização. Nesse sentido, a qualidade do cuidado deve ser compreendida como resultado de práticas coletivas e coordenadas, e não apenas do desempenho individual dos profissionais.

As transformações na Política Nacional de Atenção Básica apresentam implicações relevantes para a organização dos serviços e para a definição das responsabilidades institucionais. Mitros et al. (2023), ao analisarem consensos e contestações relacionados às mudanças na política de atenção básica em espaços deliberativos do SUS, evidenciam a existência de disputas em torno das diretrizes organizacionais e dos mecanismos de financiamento. Esses resultados demonstram que as decisões sobre a estruturação da APS envolvem diferentes perspectivas sobre o papel do Estado, a organização das equipes e a garantia do acesso universal. Dessa maneira, o fortalecimento da atenção primária exige processos de gestão capazes de articular planejamento técnico, participação institucional e compromisso com os princípios fundamentais do sistema público de saúde.

A equidade assistencial constitui um dos principais desafios identificados nas publicações, especialmente diante das desigualdades territoriais e das diferenças na capacidade administrativa e financeira dos municípios brasileiros. A adoção de critérios uniformes de financiamento e avaliação pode apresentar limitações quando não considera as particularidades demográficas, sociais e epidemiológicas das populações atendidas. De Seta, Ocké-Reis e Ramos (2021) discutem os possíveis efeitos distributivos das alterações no financiamento da APS, enquanto Costa, Silva e Jatobá (2022) demonstram a relevância da avaliação dos indicadores de desempenho para compreender as respostas municipais. A análise dessas contribuições evidencia que a promoção da equidade exige mecanismos capazes de reconhecer necessidades diferenciadas e direcionar recursos de maneira compatível com as condições dos territórios.

A institucionalização dos processos de avaliação e monitoramento constitui uma estratégia relevante para aprimorar a qualidade dos serviços e fortalecer a capacidade de resposta da Atenção Primária. Vilasbôas et al. (2024) discutem a importância de consolidar uma agenda estratégica de pesquisa e avaliação da APS, considerando a necessidade de acompanhar processos assistenciais e resultados sanitários. A produção sistemática de informações pode favorecer a identificação de fragilidades, o acompanhamento das condições de acesso e a avaliação das ações desenvolvidas pelas equipes. Entretanto, a utilização de indicadores deve estar associada à interpretação contextualizada dos resultados, evitando que a qualidade assistencial seja reduzida ao cumprimento de metas quantitativas desvinculadas das necessidades concretas da população.

A organização financeira dos serviços também exige atenção à sustentabilidade das ações de saúde e à continuidade das políticas públicas. Minami et al. (2024), ao investigarem tendências de financiamento da Atenção Primária em uma capital brasileira, contribuem para a compreensão das

relações entre os mecanismos de custeio e a organização das respostas assistenciais. A análise dessa dimensão evidencia que a disponibilidade de recursos constitui condição necessária para a manutenção das equipes, o desenvolvimento das ações territoriais e a ampliação da cobertura. Contudo, a efetividade do financiamento depende igualmente da capacidade de planejamento e execução administrativa, da distribuição adequada dos recursos e da existência de mecanismos que assegurem sua utilização em consonância com as necessidades sanitárias.

A integralidade da assistência pressupõe a capacidade de reconhecer o usuário em suas múltiplas necessidades, articulando intervenções preventivas, terapêuticas e de reabilitação ao longo do tempo. Nesse contexto, a Atenção Primária desempenha papel estratégico na coordenação do cuidado e na integração com os demais pontos da rede assistencial. Bispo Júnior e Almeida (2023) destacam que a atuação das eMulti pode contribuir para ampliar a resolutividade e favorecer práticas compartilhadas, enquanto Oliveira et al. (2025) evidenciam a importância da colaboração interprofissional para a consolidação do modelo de Saúde da Família. A aproximação dessas perspectivas permite reconhecer que a integralidade não decorre apenas da ampliação da oferta de procedimentos, mas da capacidade institucional de organizar respostas contínuas e articuladas às necessidades dos indivíduos e das comunidades.

Os desafios relacionados à qualidade assistencial também envolvem a necessidade de superar processos de trabalho fragmentados e fortalecer mecanismos de comunicação entre profissionais e serviços. João et al. (2025) demonstram que dificuldades na interação das equipes podem comprometer a construção de práticas colaborativas, enquanto Mendonça et al. (2023) evidenciam repercussões das mudanças normativas sobre a organização das estruturas de atenção primária. Esses resultados indicam que a melhoria da qualidade exige intervenções simultâneas sobre a gestão, as condições de trabalho e os processos assistenciais. A formação continuada, o planejamento compartilhado e a valorização das diferentes competências profissionais constituem medidas relevantes para ampliar a capacidade de resposta das equipes e fortalecer o vínculo com a população.

Em perspectiva integrativa, os estudos analisados demonstram que a efetividade da Atenção Primária à Saúde depende da articulação entre financiamento adequado, organização territorial, atuação multiprofissional e mecanismos permanentes de avaliação. A sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família encontra-se condicionada à estabilidade das políticas públicas e à existência de condições institucionais que favoreçam a continuidade do cuidado. As contribuições de Mendonça et al. (2023), Bispo Júnior e Almeida (2023), Vilasbôas et al. (2024) e Oliveira et al. (2025) evidenciam

que a integralidade, a equidade e a qualidade assistencial constituem dimensões interdependentes, cuja concretização exige planejamento, cooperação profissional e reconhecimento das particularidades territoriais. Dessa maneira, o fortalecimento da APS representa uma condição estratégica para a consolidação do SUS e para a redução das desigualdades no acesso à saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu compreender que a Atenção Primária à Saúde constitui um componente indispensável à organização do Sistema Único de Saúde, desempenhando papel fundamental na garantia do acesso, na coordenação do cuidado e na promoção de práticas assistenciais orientadas pelas necessidades da população. A análise bibliográfica evidenciou que a efetividade desse nível de atenção depende da articulação entre organização territorial, financiamento público, atuação multiprofissional e mecanismos de gestão capazes de assegurar continuidade e qualidade aos serviços prestados.

No que concerne à atuação multiprofissional, constatou-se que a integração entre diferentes categorias profissionais apresenta potencial para ampliar a resolutividade das equipes e favorecer abordagens assistenciais mais abrangentes. Entretanto, a presença de profissionais com distintas formações não assegura, isoladamente, a construção de práticas colaborativas, sendo necessário fortalecer mecanismos de comunicação, planejamento compartilhado e corresponsabilização pelo cuidado. A consolidação da interprofissionalidade exige, portanto, condições adequadas de trabalho, formação continuada e valorização das competências específicas de cada área.

Em relação aos desafios institucionais, verificou-se que as alterações nos modelos de financiamento, as desigualdades territoriais e as dificuldades de organização dos processos assistenciais podem comprometer a integralidade e a equidade no acesso aos serviços. A superação dessas limitações pressupõe políticas públicas capazes de reconhecer as particularidades dos municípios e das populações atendidas, acompanhadas de mecanismos de avaliação que considerem não apenas indicadores quantitativos, mas também a continuidade do cuidado, a qualidade das intervenções e a capacidade de resposta das equipes.

Conclui-se que o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no Brasil exige investimentos contínuos em infraestrutura, qualificação profissional, gestão participativa e organização das redes assistenciais. A consolidação da Estratégia Saúde da Família e das equipes multiprofissionais representa uma possibilidade relevante de aprimoramento da assistência, desde que acompanhada de

planejamento institucional e financiamento compatível com as necessidades territoriais. Recomenda-se que investigações futuras aprofundem a avaliação dos resultados das equipes multiprofissionais e dos modelos de financiamento, considerando suas repercussões sobre a equidade, a integralidade e a qualidade da assistência oferecida à população brasileira.



REFERÊNCIAS

BISPO JÚNIOR, J. P.; ALMEIDA, E. R. de. Equipes multiprofissionais (eMulti): potencialidades e desafios para a ampliação da atenção primária à saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 10, e00120123, 2023.

COSTA, N. do R.; SILVA, P. R. F. da; JATOBÁ, A. A avaliação de desempenho da atenção primária: balanço e perspectiva para o programa Previne Brasil. *Saúde em Debate*, v. 46, n. esp. 8, 2022.

DE SETA, M. H.; OCKÉ-REIS, C. O.; RAMOS, A. L. P. Programa Previne Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, supl. 2, 2021.

JOÃO, N. G. de L. et al. Desafios do trabalho em equipe na perspectiva dos profissionais da Atenção Primária à Saúde em um município do sul do Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 35, n. 3, 2025.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; DOMINGUES JUNIOR, Paulo Lourenço; MENEZES, Sady Júnior Martins da Costa de. Gestão dos riscos no ambiente de trabalho e a nova NR-1 como estratégia de prevenção psicossocial: um enfoque sobre a saúde mental e a qualidade de vida no trabalho. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, p. e2025–0171, 2026. DOI: 10.1590/1679-395120250171.

Lima, L. A. O.; Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. RGO - Revista Gestão Organizacional, 17(1), 34-47. http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484.

LIMA, L. A. de O.; MARTA, J. M. J. Inovação e controle de gestão no varejo: contribuições da inteligência artificial em sistemas de CRM para decisões estratégicas baseadas em dados. Revista Gestão Organizacional, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 113–136, 2025. DOI: 10.22277/rgo.v18i3.8726.

LIMA, L. A. O; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS, v. 14, p. 346-359, 2024. https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020

MENDONÇA, F. de F. et al. As mudanças na política de atenção primária e a (in)sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 137, 2023.

MINAMI, J. et al. Tendências de financiamento da Atenção Primária à Saúde em uma capital brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 11, 2024.

MITROS, V. M. da S. et al. Mudanças na Política de Atenção Básica à Saúde: consensos e contestações em espaços deliberativos do SUS. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 138, 2023.

OLIVEIRA, S. A. de et al. Conquistas e desafios do trabalho em equipe nos 30 anos da Estratégia Saúde da Família: ensaio teórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 12, 2025.

VILASBÔAS, A. L. Q. et al. Institucionalização da avaliação e monitoramento da Atenção Primária à Saúde no SUS: contribuições para uma agenda estratégica de pesquisa. *Saúde em Debate*, v. 48, n. esp. 2, 2024.

